

TRACTEBEL

TRABALHADORES DA TRACTEBEL APROVAM PAUTA



A Plenária dos Trabalhadores da Tractebel, que aconteceu no último dia 22/09, aprovou a Pauta de Reivindicações que será discutida com a empresa, visando o ACT 2012/13.

Os 48 delegados(as) eleitos nas 17 assembleias discutiram e aprovaram as cláusulas que representam as expectativas e anseios dos trabalhadores de todas as áreas da empresa.

Nas mais de 4 horas de discussão, além da pauta a plenária aprovou também uma correspondência com questões levantadas nas assembleias que estão relacionadas à gestão da empresa e podem ser resol-

vidas administrativamente.

A Plenária que aconteceu em Laguna – SC contou também com a participação das companheiras e companheiros dos delegados(as).

Um dos pontos altos do evento foi a emocionante apresentação do grupo de teatro Terra de Laguna contando em verso e prosa a história da heroína Anita Garibaldi.

O encontro foi encerrado com um jantar de confraternização entre os representantes e seus acompanhantes de todas as regionais e, praticamente, todas as áreas da empresa.

ASSEMBLEIAS ACONTECERAM FORA DA EMPRESA

Como faz todos os anos, a Intersul encaminhou à empresa a correspondência (Intersul – 069/2012) com o seguinte teor:

Conforme ocorre em todos os anos estamos encaminhando o calendário das assembleias que deverão discutir e votar as cláusulas da Pré-Pauta de Reivindicações da categoria elétrica que comporá a Pauta de Reivindicações, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013, solicitando a liberação de acesso junto aos gerentes das áreas abaixo listadas.

2. Propomos que as assembleias sejam realizadas nos auditórios das Usinas e da Sede, para o melhor conforto e segurança dos empregados.

3. Informamos que o tempo necessário para a realização das assembleias deverá ser de uma hora a uma hora e meia, em cada local.

A Tractebel respondeu aceitando em parte o pleito, porém com restrições, como pode ser visto no texto abaixo, extraído da correspondência da empresa (CE DA-0049/2012):

3. As Assembleias serão realizadas em locais apropriados concedidos pela Empresa, tais como salas de reunião, auditórios, áreas de lazer, refeitórios, exceto nas áreas consideradas de risco, sem prejuízo ao desenvolvimento das atividades normais da Empresa, sendo a participação do empregado facultativa.

4. As Assembleias deverão ser realizadas com a presença de até 3 (três) dirigentes sindicais no exercício de seus mandatos, sendo obrigatória a presença de um representante ou dirigente eleito pelos empregados da TRACTEBEL ENERGIA, com duração máxima de 60 minutos.

Os Sindicatos que compõem Intersul consideram importante que a empresa tenha sido sensível a questão do local das assembleias, mas entendem que ao impor limitações além das propostas na correspondência do coletivo sindical, está interferindo na autonomia e na organização dos trabalhadores. Desta forma os sindicatos da Intersul não aceitaram as regras impostas pela Tractebel e as assembleias foram realizadas fora da empresa.

Na avaliação das entidades, mesmo considerando os transtornos e as restrições houve uma excelente e qualificada participação dos trabalhadores na maioria das assembleias indicando o interesse e a disposição da categoria em participar da campanha deste ano.



Intercel assina Acordo Coletivo de Trabalho 2012/13

Os sindicatos que compõem a Intercel estiveram reunidos com a diretoria da Celesc na última terça-feira, dia 25, para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/13.

Ao final do processo os sindicatos consideram que o saldo da negociação foi muito positivo, principalmente se feita uma análise dos obstáculos apresentados ao início das negociações.

Além de consolidar o ACT com avanços nos benefícios para todos os trabalhadores e todas as cate-

gorias na empresa, a negociação deste ano também trouxe soluções para problemas represados como o pagamento da movimentação por mérito do Plano de Cargos e Salários e o pagamento da primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados.

Os sindicatos da Intercel agradecem aos trabalhadores que estiveram mobilizados junto aos sindicatos na defesa dos direitos da categoria e na construção de um Acordo Coletivo de Trabalho bom para todo mundo.



ELETROSUL

Sindicatos aguardam resposta da Eletrosul

Os sindicatos que compõem a Intersul encaminharam correspondência à diretoria da Eletrosul, no dia 14/08/2012, solicitando informações a respeito de empreendimentos sob a responsabilidade dessa diretoria.

O fato é que já se passaram 30 dias do envio do questionamento e a resposta ainda não foi enviada. Qual será a dificuldade que a diretoria está encontrando?

TRACTEBEL

Intersul entrega pauta

Aconteceu nesta terça-feira, 25/09, a entrega da Pauta de Reivindicações e da correspondência aprovada na Plenária de Laguna. A primeira reunião de negociação ficou agendada para o dia 17/10, na sede da empresa.

No ato a empresa entregou uma proposta de Aditivo ao Acordo Coletivo, cujo objetivo é estabelecer as condições de acesso de Dirigentes Sindicais nas áreas da empresa.

A Pauta e a correspondência entregues serão divulgadas nos boletins e no site da Intersul.

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Mario Jorge Maia Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 Fone (047) 3028-2161 E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindnorte.org
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



VENHA COMEMORAR OS 51 ANOS DO SINERGIA

DIA: 04 de outubro – (5ª-feira)

- às 19h -

LOCAL: CEDESC (Centro Desportivo e Social da CELESC) - Rua: Irmã Bonavita, 450 – Capoeiras – Fpolis/SC.

Alterações, cancelamentos e novas Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. INVALIDADE. EXCEÇÃO AOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO.

I - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inofensa à negociação coletiva.

II - Ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os condutores e cobradores de veículos rodoviários, empregados em empresas de transporte público coletivo urbano, é válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a redução do intervalo intrajornada, desde que garantida a redução da jornada para, no mínimo, sete horas diárias ou quarenta e duas semanais, não prorrogada, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

Cancelamento do item II. Nova redação:

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT.

I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão total ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inofensa à negociação coletiva.

FNU condena proposta das direções das empresas do sistema Eletrobras em reduzir custos através da demissão de trabalhadores

A Federação Nacional dos Urbanitários- FNU- na condição de representante maior dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor elétrico nacional vem a público condenar a forma como vem sendo conduzida pelas direções das empresas do Sistema Eletrobras a discussão sobre os rumos do setor após o anúncio da Medida Provisória 579, que trata da renovação das concessões e da redução dos encargos nas tarifas de energia.

A FNU classifica como um ato de covardia das direções das empresas do Sistema Eletrobras jogar nas costas dos trabalhadores e das trabalhadoras a responsabilidade na redução dos custos, anunciando que irão demitir como se fosse esta a única medida a ser tomada após o efeito previsto com a MP 579. É importante lembrar que ainda não está definida a nova receita impactada pelo pacote das concessões. Além disso, as despesas de pessoal em relação à receita nunca estiveram tão baixas no setor elétrico.

Esse mesmo governo que lava as mãos para a possibilidade das demissões no setor, agora classificada como redução de custos, poderia apresentar soluções, como, por exemplo, um maior aporte de recursos nas empresas do Sistema Eletrobras, visando fortalecer a Holding e não enfraquecê-las, mas para isso teria que interromper a transferência de recursos às empresas privadas.

A FNU condena a postura arbitrária da direção de Furnas e da própria Holding em anunciar um plano de reestruturação da empresa, com o anúncio da redução de 35% dos (as) trabalhadores (as) através do chamado Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), que englobaria trabalhadores (as) em idade de se aposentar ou já aposentados. É importante lembrar que são profissionais com grande conhecimento e que formam uma reserva técnica de grande utilidade para Furnas, bem como, em outras empresas da Holding. Além do mais seriam desligados em um momento onde se discute o plano de saúde extensivo aos aposentados, uma reivindicação histórica da categoria. A Federação não concorda com esse ato unilateral, queremos transparência e uma ampla discussão com a Eletrobras, inclusive com a presença dos sindicatos que representam estes trabalhadores.

O certo é que os (as) trabalhadores (as) do setor elétrico não podem pagar uma conta que não é sua. Defendemos desde o início a renovação das concessões por entender que a energia deve ser um bem capaz de mudar a vida dos brasileiros com a distribuição justa de renda, assim como uma questão estratégica para soberania do país. Todavia, a renovação que defendemos previa investimentos do Governo Federal no Sistema Eletrobras, capaz de garantir a manutenção do papel das empresas estatais como investidoras do setor de energia

Para pensar

Um estudo divulgado pela Proxima, consultoria especializada, mostra que as companhias listadas no índice de ações FTSE 350, que acompanha as maiores empresas em valor de mercado na Bolsa de Londres, mostra que uma redução de até 1% nos custos não trabalhistas poderia ampliar o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) em 3,6%, ou • 10,5 bilhões, no total. Já a mesma redução em gastos trabalhistas, com o corte de empregos - que geralmente é a primeira opção de companhias em mau momento - produziria um incremento de apenas 0,8% no mesmo indicador. Foram analisados balanços de 315 grupos entre 2008 e 2011.

TRIBUNA LIVRE

Há muito que todo o setor elétrico cobrava um posicionamento do governo sobre a solução a ser dada às concessões a vencerem a partir de 2015. Não transpirava uma só palavra. Agora começamos a entender o porquê. Na solenidade pública transmitida ao mundo pela mídia, em que comunicou e explicou como o assunto será tratado, a Presidente também informou que os estudos foram feitos por uma consultoria privada. Sem qualquer demérito à competência da contratada, que pelo menos é brasileira, fica no ar uma exclamação de espanto. O governo deixa escapar que não tem a devida "competência" para fazer esses estudos e dar soluções à questão. Não sabendo, terceirizou. Onde estariam as competentes equipes da EPE, da Eletrobras e das grandes empresas públicas? Podemos aí enxergar também uma naturalização entre o público e o privado no trato de questões de governo. Não por acaso essa consultoria também trabalhou para o governo FHC, esse mesmo, o causador do apagão de 2001. Seria demais perguntar quanto custou a consultoria? Só pedimos um pouco de transparência.

Quanto ao "pacote" propriamente dito, finalmente se fez alguma desoneração, embora tardia, da conta de energia elétrica. Para ter mais eficiência e realmente contribuir para o desenvolvimento do país ainda faltam muitas coisas, o próprio governo reconhece. Vamos aguardar. Mas a redução do ICMS, que é competência dos governos estaduais, poderia ser feita nesse exato momento para aumentar a redução. Esclarecemos ainda uma questão que passa despercebida da grande imprensa. Mais de mil consumidores de grande porte, que correspondem a ±70% do PIB industrial, não pagam essa tarifa elevada dos "comuns". Eles compram energia elétrica no mercado livre onde a economia é de 15%. Essa é uma liberalidade do modelo mercantilista do setor elétrico, elogiado no discurso com um "o modelo deu certo". Deu mesmo, para quem? Outra coisa que elucida algumas questões. Em 2003 as empresas geradoras, a maioria estatais, foram obrigadas a vender sua energia gerada por R\$ 4 reais o MWh. Quem se beneficiou dessa energia quase gratuita?

Mais um esclarecimento necessário. Qual o papel do mercado nessa redução? O governo eliminou algumas cargas tributárias, mas os agentes, os intermediários que lucram com o comércio de energia elétrica, em que momento vão contribuir com a redução? Só para mostrar duas situações: nos Estados Unidos as empresas distribuidoras do setor elétrico têm um ROE (return of equity) de 12%. Aqui é comum terem de 50%. Capitalismo sem risco.

Fazemos um registro positivo no discurso do Planalto, nesta terça-feira, 11 de setembro. Finalmente o Ilumina tem companhia em sua defesa das hidrelétricas. Sabemos agora que "essas medidas só foram possíveis porque o país tem energia hidrelétrica, usinas com mais longevidade de produção. Decorre do fato da matriz de energia elétrica ter como base a hidroeletricidade. Velhas senhoras com mais de 70 anos continuam a gerar benefícios....."

INSTITUTO ILUMINA
www.ilumina.org.br

“Sob a batuta da mudança”

A Virada Cultural, em Caracas, se chama Rota Noturna e ocorre uma vez por mês. Em julho, bandas de rock, reggae, salsa e outros ritmos embalaram milhares de jovens em pontos espalhados por todo o centro histórico, numa festa que só terminou ao amanhecer. Na edição seguinte, em agosto, a virada caraquenha teve como foco os museus, que ficaram abertos a noite inteira, oferecendo a um público de todas as idades recitais de música e poesia.

Para o visitante brasileiro, submetido ao bombardeio de grande parte da imprensa comercial sobre os horrores da “ditadura chavista”, Caracas é uma agradável surpresa. A população desfruta como nunca do espaço urbano, que vem sendo recuperado depois de décadas de abandono.

Como em qualquer metrópole da América Latina, o contraste social na capital venezuelana é dramático. Situada num estreito vale, com 20 quilômetros no sentido leste-oeste e apenas 4 no eixo norte-sul, a cidade é rodeada por favelas. Nos bairros chiques há mansões suntuosas, várias delas com campos particulares de golfe, luxo incomum no Brasil. Lá moram os donos das fortunas acumuladas graças à renda do petróleo – uma riqueza fabulosa, da qual o povo até recentemente só recebeu as migalhas.

Com a chegada de Hugo Chávez à presidência, no final de 1998, as regras do jogo mudaram. Um gigantesco pacote de programas sociais fez cair o índice de pobreza de 70% para 28%. “Se temos a sorte de ter petróleo, que seja usado em favor do povo”, defende Gustavo Borges, coordenador de uma rede de rádios comunitárias em 23 de Enero, bairro popular que está sendo urbanizado com a instalação de

escolas, clínicas de saúde, quadras esportivas e iluminação pública. No ano passado, em viagem ao Brasil, Borges visitou a favela carioca de Rio das Pedras, e se diz chocado com o que viu: “No teu país, a população mais pobre vive em condições abaixo da dignidade humana”. A melhora da realidade social venezuelana é, de fato, impressionante. Em Caracas, dois teleféricos recém-inaugurados levam favelados até o alto dos morros. Nas ruas, não se enxerga uma única criança pedindo esmolas ou em situação de risco. Ninguém dormindo na calçada por falta de abrigo. O que mais se destaca na paisagem urbana são os canteiros de obras da Misión Vivienda, projeto governamental que pretende erguer em dois anos 350 mil casas ou apartamentos (mais de 90% já entregues) para a população sem teto ou precariamente instalada, no país inteiro. As moradias populares são espaçosas, construídas com material de qualidade e bem localizadas.

Muitos projetos habitacionais destinados aos mais pobres se situam em bairros de classe média, rompendo a segregação social no espaço urbano. Nem sempre os recém-chegados são recebidos com simpatia. “Existem pessoas de classe média que não aceitam viver ao lado dos pobres”, constata o arquiteto Francisco Farruco, um dos coordenadores da Misión Vivienda. “Eles consideram o nível de educação dos novos moradores inferior, ou inadequado seu comportamento, o que é muito discutível.” Para Farruco, esses conflitos são inevitáveis em um país que está reduzindo a desigualdade. Nas suas palavras: “O sonho de transformar Caracas passa por integração. Estamos construindo uma cidade que rompa com barreiras sociais”.

Erudição popular

Os sinais dessa mudança são muito claros. Como jornalista, viajei a Caracas várias vezes na década de 1990. Minha lembrança é de um lugar decadente e perigoso. Agora me surpreendi ao caminhar pela Sábana Grande, o centro comercial da cidade, limpo, bem iluminado e seguro. Numa esquina, um mágico reúne a seu redor dezenas de curiosos. Ali perto, crianças se divertem nos equipamentos recreativos instalados pela estatal Petróleos de Venezuela. A reurbanização daquela área faz parte de um imenso projeto de recuperação do espaço urbano, o que inclui teatros, centros esportivos, praças e monumentos históricos.

Entre os investimentos públicos, a ênfase à cultura chama atenção. Não por acaso, nos trens do metrô de Caracas se ouve música clássica o dia inteiro. É comum a presença de jovens carregando instrumentos. São alunos do Sistema Venezuelano de Orquestras, uma referência internacional. O país é, talvez, o único do mundo em que um maestro – Gustavo Dudamel, da Orquestra Sinfônica de Caracas – é um ídolo de massas.

A paisagem remodelada tem como pano de fundo uma transformação social mais profunda, que inclui a elevação da renda dos trabalhadores. Em 2011, a remuneração média teve um aumento real de 8,5% e o novo salário mínimo, anunciado em maio deste ano, um reajuste de 33,5%. A inflação, porém, é muito alta, 27% em 2011. O congelamento dos preços de 19 produtos essenciais garante uma relativa proteção ao poder de compra. E uma gigantesca rede de mercados e feiras livres estatais (a Mercal) oferece todos os itens da cesta básica pela metade dos preços do comércio privado.



Sem surpresas



A legislação trabalhista que entrou em vigor em maio amplia direitos dos assalariados em uma escala sem paralelo em qualquer outro país. O benefício em caso de demissão sem justa causa equivale à remuneração de 105 dias por ano de serviço. A trabalhadora que dá à luz ganha seis meses e meio de licença e tem garantia de emprego por dois anos. Ainda assim, a parcela da mão de obra com carteira assinada tem aumentado, e o desemprego se situa atualmente em 7,5%, um índice próximo ao brasileiro.

O “socialismo do século 21”, como Chávez batizou seu projeto político, convive com um setor privado que controla 70% da economia e garante gordos lucros aos empresários, graças à elevação do consumo popular. Do outro lado, as empresas controladas diretamente pelos trabalhadores crescem na preferência dos consumidores, com produtos como os laticínios Los Andes (vendidos até mesmo nas padarias dos bairros ricos) e o café La Fama de América, exportado para Europa e Estados Unidos. Na embalagem, essas mercadorias trazem sempre uma pequena frase, rodeada pelo desenho de um coração: Hecho en Socialismo.

Há ainda conquistas extraordinárias – que não caberão neste espaço – em educação, saúde e na participação política dos cidadãos, que se organizam em conselhos comunitários (mais de 40 mil, em todo o país) para fiscalizar as autoridades e definir investimentos públicos para as regiões onde moram. Como nada disso é divulgado na imprensa brasileira, na qual Chávez é apontado diariamente como um tirano grotesco, imagino a dificuldade dos leitores em entender o fato de ele liderar as pesquisas para as eleições de outubro com uma vantagem de 15 a 25 pontos sobre seu adversário direitista. Para quem conhece a verdadeira face da Venezuela, não há nisso surpresa alguma.